**30.04.2025**

**D.O CIDADE DE SÃO PAULO**

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**Documento: 124564758 | Apostila de Portaria**

APOSTILA DA PORTARIA 26 SMDET, DE 25/04/2025, PUBLICADA NO DOC DE 25/04/2025

Processo 6064.2018/0001967-5

É a Portaria em referência apostilada para consignar que a o nome da servidora designada em item I é Michelle Santana Santos - RF 883.242-1 e não como constou.

**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS**

**Documento: 124650514 | Despacho deferido**

SEI n.º 6064.2025/0000522-7

Interessada: GEORGIA TIEPOLO SCHMIDT ROGEL - RF: 627.897.3/1

Assunto: APOSENTADORIA - TÍTULO nº 002/2025-SMDET

DESPACHO

À vista das informações constantes no presente, APOSENTE-SE a:

Sra. GEORGIA TIEPOLO SCHMIDT ROGEL

Registro Funcional nº 627.897.3/1

Cargo: Analista de Saúde Nível IV

Categoria: Efetivo

Referência: ANS 17

Aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição, com proventos integrais, nos termos do artigo 3º, da EC n.º 47/2005, c/c o artigo 30 das Disposições Gerais Transitórias da L.O.M., com redação dada pelo artigo 2º da ELOM nº 41/2021, c/c artigo 3º, da EC nº 103/2019.

**Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento**

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA**

**Documento: 124651663 | Decisão**

PRONUNCIAMENTO SMUL.ATECC.CMPU/003/2025

O Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU/SMUL, em sua 87ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de abril de 2024, por unanimidade de votos, no uso de suas

atribuições estabelecidas pela Lei Municipal nº16.050/2014 - Plano Diretor Estratégico - PDE, DELIBERA favoravelmente pela retirada de pauta do item referente a

Indicações para preenchimento das vagas dos Movimentos Populares na Comissão Organizadora da 8º Conferência Municipal da Cidade, para ser tratado diretamente pela

própria Comissão Organizadora.

ELISABETE FRANÇA

Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU

Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL

Favoráveis (15): Poder Público: SMUL1, Sueli Guerreiro Morales (Titular); SMUL2, Fernando Henrique Gasperini (Titular); COHAB, Maria José Gullo (Suplente);

Subprefeituras Macrorregião Leste 1, Dirso Parpineli Filho (Suplente); Subprefeituras Macrorregião Leste 2, Gilson Almeida Barreto Junior (Suplente) / Sociedade Civil: Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 2, José Zildo de Almeida Silva (Titular); Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 1, Durval

Tabach (Titular); Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 2, Angeli Franco Nobre (Titular); Movimento de Moradia 1 (UMM), Marilene Ribeiro de Souza

(Suplente); Movimento de Moradia 2 (UMM), Severina Ramos do Amaral da Silva (Titular); Associação de Bairro 4 (UMPMA), José André de Araújo (Titular); ONG

(Divercidades), Maria Elisa do Nascimento (Suplente); Entidades Acadêmicas e de Pesquisa 2 (Uninove), Daniel Todtmann Montandon (Titular); Movimentos Ambientalistas 1 (CBCS), Eloise Torres Amado (Titular); Movimentos Culturais (CPC-UMES), Ana Luiza Dalcin Aragão (Suplente).

Ausentes (45): Titulares e suplentes do Poder Público: SMUL3; SGM; SEGES; SMJ; SF; SMSUB; SMDHC; SEHAB; SMT; SIURB; SVMA; SMC; SMDET; SMIT;

SP-URBANISMO; Subprefeituras Macrorregião Norte 1; Subprefeituras Macrorregião Norte 2; Subprefeituras Macrorregião Oeste; Subprefeituras Macrorregião Centro; Subprefeituras Macrorregião Sul 1; Subprefeituras Macrorregião Sul 2 / Titulares e suplentes da Sociedade Civil: Conselho Participativo Municipal Macrorregião Norte 1; Conselho Participativo Municipal Macrorregião Norte 2; Conselho Participativo Municipal Macrorregião Oeste; Conselho Participativo Municipal Macrorregião Centro; Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 1; Movimento de Moradia 3; Movimento de Moradia 4;

Associação de Bairro 1; Associação de Bairro 2; Associação de Bairro 3; Setor Empresarial 1; Setor Empresarial 2; Setor Empresarial 3; Setor Empresarial 4;

Entidades Sindicais; Movimentos Ambientalistas 2; Movimentos de Mobilidade Urbana; Entidades Profissionais; Entidades Acadêmicas e de Pesquisa 1;

Entidades Religiosas; CADES; CMPD; CMTT; CMH.

**Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania**

**COMITÊ INTERSETORIA DE POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

**Documento: 124626547 | Extrato de Ata**

ATA DA REUNIÃO Nº 55

Extraordinária Comitê PopRua

Pautas: 1) Prêmio 19 de Agosto: Comissão Avaliadora; 2) Retomada do horário das 15h para início das reuniões presenciais mensais.

Participantes Governo: Karen Fernanda (SMDHC); Luiza Querino (SMDHC); Márcia Helena Matsushita (SME); Luciano Araújo (SMSUB); Thais Silva Santos (SMADS);

Mary Luciana da Cunha (SMADS)

Participantes Sociedade Civil: Adriana Ribeiro, Gisele Abreu, Hari Kraemer,

Participantes Organizações Sociais: Darcy Costa (Cisarte); Cleiton Ferreira (É DE LEI); Mabel Andrade Garcia (AEB)

Demais participantes: Daniela Santiago (SMDHC), Roberta Cristina Paulino Maia (SMDHC);

Às 14H57 do dia 10 de abril de 2025, de forma online via plataforma Teams, reuniram-se os presentes a fim de discutirem as pautas do dia.

A reunião teve início com a fala de Karen Fernanda, que deu boas-vindas a todas as pessoas presentes, se apresentou e destacou que havia quórum para a realização da

reunião. Na sequência, Thais Santos informou que estava acompanhada de Mary Luciana, que também está à frente do Comitê Pop Rua dentro da SMADS.

Thais destacou que esta é a segunda reunião da qual participa, ressaltando que, com Mary à frente também, atua como assessora técnica. Em seguida, Mary Luciana fez sua

apresentação.

Karen pontuou que a atualização da portaria é feita pela Secretaria de Direitos Humanos, juntamente com o Comitê Pop Rua, mas que se faz necessário o envio de e-mail

com os nomes para a atualização das representações de governo.

Durante a reunião, Márcia Helena (SME) perguntou se seria possível que a reunião começasse mais cedo, justificando que chega à secretaria às 06h20 e que se torna pesado

quando a reunião avança até às 18h, seja presencial ou on-line.

Karen respondeu informando que uma das pautas da reunião extraordinária é justamente a volta das reuniões presenciais no horário das 15h. Ela relatou que, muitas vezes,

esse ajuste de horário é considerado justamente porque representantes do governo não conseguem permanecer até o fim da reunião.

Karen destacou ainda que esta reunião é de suma importância, pois há pautas que precisam ser alinhadas, como o Prêmio 19 de Agosto, data que marca o Dia de Luta. Ressaltou que há uma resolução e uma portaria que institui esse prêmio, bem como a necessidade da montagem da comissão avaliadora. Informou que existem algumas

indicações feitas no ano passado para compor essa comissão, mas que, como o prêmio não foi realizado, é necessário verificar se essas indicações ainda permanecem válidas

para dar seguimento ao processo. Finalizou relatando que não sabe quem estava presente na reunião do ano passado, mas que, caso alguém se recorde da pauta, que informe

durante a reunião.

Cleiton solicitou a fala e retornou perguntando quem eram as pessoas indicadas para compor a mesa da comissão avaliadora, questionando também quem estava presente na

reunião. Destacou que se faz necessário verificar se haverá uma nova eleição ou se as mesmas pessoas permanecerão. Karen respondeu informando que irá transmitir a

resolução para todos.

Em seguida, Karen explicou sobre a resolução do Prêmio 19 de Agosto.

Darcy Costa pediu a fala e questionou se houve a entrega do prêmio. Karen informou que não ocorreu. Darcy, então, manifestou que, como não houve a entrega, as pessoas

indicadas deveriam ser trocadas, pois não estariam mais frequentando o comitê. Cleiton relatou que Paulo e Roseli continuam participando e, nesse caso, seria importante

verificar se eles gostariam de permanecer. Darcy comentou que, caso seja necessário, a informação pode ser enviada por e-mail. Karen respondeu que, como a reunião tem

esse propósito de definição, já foi informado por Paulo e Roseli que ambos têm interesse em continuar. Darcy manifestou que não vê problema nenhum em seguir com a mesma composição da mesa.

Cleiton também se posicionou a favor da continuidade dos nomes indicados anteriormente, destacando que está de acordo com o que o comitê decidir e que a melhor forma

é tomar essa decisão de maneira democrática.

Hari informou que Roseli quer continuar e que, para ela, não há problema algum com a manutenção da mesa.

Karen trouxe a fala de Gisele, que manifestou interesse de que fosse realizada uma nova votação.

Mabel (EAD) afirmou que não vê problema em manter os que já estavam.

Adriana também se manifestou, dizendo que concorda com o que a mesa coordenadora decidir.

Karen informou que, sendo assim, será mantida a comissão avaliadora. Os próximos passos envolvem a elaboração de uma documentação para o edital, a convocação das

pessoas para reunião e, no Subcomitê de Articulação, repassar todas as informações. Esclareceu que também serão discutidos pontos referentes ao prêmio e ao marco.

Cleiton pediu novamente a fala e destacou que gostaria de saber se já há uma data definida para a publicação do edital. Karen informou que o edital ainda será elaborado, mas que todos serão avisados e solicitou apoio na divulgação para que as pessoas realmente tenham conhecimento. Reforçou que ainda será analisado e definido o que será o

prêmio.

Gisele pediu a fala e detalhou que gostaria de saber como ficará a situação dos demais conselheiros que não estão aparecendo e que estão faltando. Destacou que, ao se

candidatar, todos sabiam que o compromisso seria com a luta pelo direito da Pop Rua, que haveria reuniões e visitas, e que, após um ano e meio, não houve devolutivas nem

visitas, ou que as reuniões acontecem em horários que impedem a presença de outros conselheiros. Ressaltou que essa situação a enfraquece, especialmente depois de tantas

lutas, e que, ao final, os conselheiros não aparecem. Informou ainda que a população está cobrando uma resposta e que os conselheiros que são procurados estão apenas nas

reuniões on-line. Gisele relatou que, nas reuniões dos subcomitês, muitas pessoas denunciaram que sequer conseguiam acessar. Gisele também relembrou que Karen havia

informado que o processo de portaria e mudanças aconteceria neste mês.

Karen retornou esclarecendo que, mesmo que esse não fosse o ponto de pauta, a cobrança deve ser feita diretamente aos conselheiros, pois ao comitê são enviadas

justificativas sobre as ausências. Informou ainda que conselheiros que nunca compareceram já estão com processos de alteração de portarias em andamento.

Roberta informou que entende a urgência por respostas, porém destacou que algumas questões envolvem burocracias de ordem judicial. Relatou também que está sendo feita

a verificação das novas nomeações, bem como a análise das novas demandas. Outro ponto abordado foi a busca ativa, para a qual há um relatório, lembrando que Cleiton

Ferreira participou, inclusive, e que a secretaria disponibilizou vans para a realização das ações. Detalhou ainda que, no final do ano de 2024, foram marcadas visitas, mas que os conselheiros não compareceram, ressaltando a necessidade de alinhamento nesse aspecto.

Propôs a realização de uma reunião específica para discutir a busca ativa, elaborar um cronograma e redigir um documento com a definição de quem irá acompanhar essas

ações.

Gisele perguntou quantas buscas ativas foram realizadas. Roberta respondeu que uma das ações ocorreu no Pedro II.

Gisele comentou que outra busca ativa havia sido desmarcada e que ela não sabia quais outras haviam sido realizadas.

Roberta informou que, na busca ativa do ano de 2025, os conselheiros foram avisados, e que a ação ocorreu na Praça do Patriarca. Acrescentou que outras duas buscas foram

canceladas devido à ausência de conselheiros e que a presença deles é essencial para a execução das atividades. Ainda durante sua fala, Roberta destacou que não é

necessário realizar uma nova eleição, mas que pode ser convocada uma reunião já na próxima semana para alinhar as buscas ativas. Ressaltou a importância de organizar

isso com antecedência devido à logística necessária - como a disponibilidade de veículos, definição da equipe a ser acionada e adequações conforme as especificidades de

cada região. Roberta reforçou que se faz necessário verificar os relatórios que foram elaborados até o momento, bem como analisar com atenção o propósito da busca ativa, entendendo o

sentido e a efetividade das ações realizadas, para que se mantenham alinhadas aos objetivos do Comitê.

Cleiton relatou que, de fato, houve algumas visitações das quais participou, incluindo articulações com o Consultório na Rua, nas regiões da Sé, Glicério e Dom Pedro II. Ressaltou que algumas informações acabam se perdendo no processo, mas pontuou que há uma falha na comunicação entre os conselheiros e na escuta, principalmente em

temas sensíveis como violência, xingamentos e ofensas, o que contribui para a desarticulação da rede. Destacou que, apesar de os apontamentos feitos durante as reuniões

serem válidos, a forma como essas reuniões estão ocorrendo é inadequada, a ponto de afastar pessoas da Pop Rua, que poderiam participar, mas não o fazem por causa das

situações recorrentes de violência. Cleiton relembrou experiências anteriores e destacou que, ao entender melhor o que é política pública, percebeu que esse caminho do confronto não gera resultados

concretos. Ressaltou que há uma questão muito pontual envolvendo a ausência de algumas secretarias nas reuniões, explicando que isso, muitas vezes, ocorre por motivos de

saúde das pessoas à frente dessas secretarias. Disse ainda que, apesar das críticas ao trabalho na região da Cracolândia, lá as pessoas são recebidas de forma acolhedora, e

que, por outro lado, dentro do Comitê Pop Rua, onde estão pessoas que possuem voz e representatividade, há brigas entre si, o que fragiliza o espaço. Observou que muitos

dos presentes são trabalhadores da ponta, que atuam diretamente com a população. Relatou que já houve momentos em que sentiu a necessidade de apontar comportamentos

dentro do comitê, e que muitas vezes os embates se voltarem contra representantes de governo, que estão apenas executando suas funções como trabalhadores. Isso, segundo

ele, gera desgaste e a perda de informações importantes, transformando o ambiente em algo negativo. Cleiton reforçou a importância de escutar a opinião do outro, afirmando que enquanto não houver respeito mútuo, continuarão existindo fragmentações. Pediu desculpas por

trazer essa fala fora da pauta do momento, mas defendeu que é necessário buscar concordância e alinhamento para construir um espaço melhor. Afirmou compreender que

há divergências de opiniões, reconheceu o trabalho da conselheira Gisele, destacando sua atuação constante, mas pontuou que ainda há conflitos internos, o que considera

prejudicial. Compartilhou, inclusive, que leva essas situações para sua terapia, pois considera violento ir ao comitê e presenciar pessoas sendo retiradas pela GCM durante

uma reunião que deveria ser de combate à violência. Destacou que a Pop Rua é, sim, um coletivo organizado entre si e que é necessário entender quem ainda está ativo

dentro do comitê. Finalizou enfatizando que é urgente estabelecer uma escuta mais qualificada, pois muitas vezes nem se compreende o motivo dos conflitos ou da falta de

diálogo. Reforçou que o comitê já teve ganhos significativos e conquistas importantes, mas que, ainda assim, há muitas questões delicadas a serem enfrentadas.

Durante a reunião, Gisele retoma a fala e detalha que Cleiton falou por dez minutos e que, quando é ela quem fala, todos tentam cortar suas intervenções. Ela também

menciona que nunca houve uma reunião fechada em que ela pudesse participar efetivamente, mesmo sendo suplente do conselho há um ano. Gisele ressalta que nunca houve

devolutiva das questões colocadas no comitê. Ela detalha que Roseli a persegue e que não aceita que ela seja conselheira, gostando ou não. Gisele informa que, na última

reunião ordinária, Roseli chegou a citar o falecido pai de suas filhas, o que considera grave. Ela destaca que, para receber respeito, é preciso respeitar, e relata que Roseli fez

declarações sérias contra ela. Gisele expressa insatisfação com o fato de que as denúncias que fez não resultaram em ações concretas e que, em diversas ocasiões, foi

excluída de reuniões fechadas. Ela questiona a razão de, quando é ela quem fala, ser limitada a três minutos, enquanto outros têm mais tempo. Ela considera essa situação

injusta e argumenta que a maioria da mesa não gosta de ouvir a verdade. Gisele também menciona que o senhor Robson gritava nas reuniões sem sofrer consequências e se

pergunta por que só ela é alvo de denúncias de calúnia e difamação, destacando que as pessoas terão que provar o que falam sobre ela. Ela ainda relata que já sofreu diversas

violações como mãe. Gisele informa que usaram a vulnerabilidade das pessoas atendidas pelo equipamento para criar um abaixo-assinado pedindo sua retirada. Ela também comunica que entrou

com uma ação no Ministério Público para que Roseli não se envolva mais em seu nome e afirma que não admite que tanto ela quanto a filha de Roseli a agridam sem que

nada seja feito a respeito.

Cleiton, por sua vez, esclarece que em nenhum momento falou diretamente sobre Gisele, mas sim sobre o coletivo. Ele ressalta que a reunião fechada em questão foi a

primeira em que Gisele conseguiu participar, pois nas reuniões anteriores ela havia sido excluída. Cleiton acrescenta que, quando as visitas foram marcadas, Gisele foi

chamada e esteve presente.

Gisele, no entanto, questiona como poderia participar de uma busca ativa ao lado de uma pessoa que constantemente a provoca (Roseli). E, também menciona que recebeu a

impugnação e que Roseli foi a primeira a saber disso, espalhando a informação no fórum da cidade, dizendo que a maioria queria derrubá-la, embora ela acredite que não

conseguirão. Ela ainda informa que Beatriz Clemente levou outras pessoas para falar em determinado local, mas que, por sua vez, segue em situação de exclusão. Gisele acrescenta que a população está cansada de ser enganada e que o tempo de antes, em que se ficava atrás de prefeitos e ministérios, já passou. Agora, as pessoas têm

Instagram para expor suas situações e denúncias. Ela critica a postura das organizações que desejam que as pessoas em situação de rua fiquem apenas pedindo, mas acredita

que isso já mudou, pois agora se fazem reuniões. Gisele ainda acusa Cleiton de não participar de nada.

Cleiton, por sua vez, esclarece que, sendo suplente, não é obrigado a estar presente em todas as reuniões, mas que esteve na última, embora estivesse em outra reunião na mesma data.

Karen então informa que Gisele já havia ultrapassado os dez minutos de fala, assim como Cleiton havia sido informado sobre seu tempo.

Roberta, após pedir a palavra, relata que gostaria de pontuar algumas questões. Ela menciona que, no dia anterior, houve uma reunião em que Gisele falou a reunião inteira e

não deixou outras pessoas se manifestarem, o que impediu que a representante da SMDET, e a representante de SMADS dessem as devolutivas necessárias.

Karen realiza a remoção da Conselheira Gisele da reunião, pois, não tinha como dar seguimento com ela abrindo o microfone gritando sem permitir que os demais pudessem

contribuir na reunião. Informa que, com o desligamento de Gisele à reunião, e considerando os encaminhamentos feitos, a reunião poderia ser dada por encerrada.

Hari pede a palavra e, após reafirmar que Gisele impediu o bom andamento da reunião, acrescenta que não se pode deslegitimar a luta de todos por questões pessoais e que,

como a reunião ainda possui quórum, ela deseja prosseguir.

Cleiton concorda com essa linha de pensamento de Hari.

Roberta entende a complexidade da situação, mas reafirma a importância de dar continuidade aos encaminhamentos. Ela aponta que as questões levantadas pertencem a

outras pastas e que é preciso esclarecer a quais secretarias essas demandas devem ser encaminhadas. Ela também relata que, na reunião ordinária, devido à interferência de

outros participantes, não foi possível colher as denúncias, o que considera injusto, visto que havia outras deliberações para serem feitas. Roberta também aborda a impugnação de Gisele, esclarecendo que, no processo de eleição do comitê, houve uma denúncia anônima que foi investigada, e a mesa sugeriu

que a situação fosse analisada para que Gisele pudesse concorrer à eleição. Ela ainda detalha que Gisele entrou com um mandado de segurança, concorreu, foi eleita, e não

houve nenhuma tentativa de impugnação. Roberta enfatiza que não é permitido votar participantes do governo nas eleições do comitê e que a mesa coordenadora foi

formada conforme o regimento do comitê, criado em 2013, com o objetivo de facilitar a relação entre a sociedade civil e o governo.

Mabel inicia sua fala relatando que todas as denúncias feitas são legítimas e derivam de injustiças e violações. Ela destaca que o comitê não pode reproduzir ou usar essas

situações como vingança pessoal. Mabel também expressa que, muitas vezes, como participante, se sente desrespeitada, mas acredita que o foco deve ser a construção de um

espaço que favoreça a participação de todos. Ela lembra que participou da formulação da lei que possibilitou uma participação efetiva de todos os envolvidos. Mabel

também questiona por que se fala em prender gerentes de serviços e expressa sua insatisfação com as represálias que enfrenta, observando que não consegue pautar questões

de relevância com a SMADS e que o ciclo vicioso em que estão não se romperá sem mudanças concretas. Ela conclui que espera ver mudanças e que quer ter seu direito de

fala respeitado.

Adriana faz um questionamento sobre a finalidade do manual de boas práticas do comitê e relata seu cansaço, mencionando que, depois de um ano, não consegue seguir

adiante com as discussões, pois sente que as questões pessoais predominam.

Karen agradece a participação de todos e destaca as pautas da reunião: o horário das reuniões ordinárias, que será alterado no site e nas convocatórias, para início às 15h, e a

decisão da comissão. Ela encerra, informando que os encaminhamentos foram feitos.

Cleiton, por fim, pede a palavra para fazer um último ponto. Ele se desculpa pela situação, afirmando que está insuportável e que, em nenhum momento, direcionou críticas

diretamente a Gisele, mas sim ao coletivo. Cleiton observa que o comitê está sendo desarticulado por questões pessoais e que há uma pressão para que as pessoas desistam. Ele acredita que é hora de tomar medidas para preservar os envolvidos e que, caso haja evidências de violação, não se pode aceitar comportamentos abusivos. Ele reforça

que o "É de Lei" não trabalha de forma punitiva, mas que, se for necessário, tomará medidas contra quem ultrapassar os limites. Cleiton agradece às secretarias pela presença

e reafirma a necessidade de agir rapidamente para resolver as questões de vagas, mencionando que, no passado, isso não acontecia dessa maneira. Ele conclui que o movimento PopRua nasceu do respeito, mas atualmente está sendo dominado por questões de ego e narcisismo.

Adriana encerra a reunião, destacando que Cleiton falou em nome de muitos que não se manifestaram, e que é preciso seguir o manual de boas práticas e tomar uma posição

firme para resolver as questões.

Cleiton também enfatiza que a aplicação do manual de boas práticas se aplica a todos os envolvidos.

Karen finaliza, destacando que as críticas foram construtivas e reafirmando que é importante seguir com os encaminhamentos.

Hari agradece, pedindo desculpas caso tenha se exaltado, e reconhece a fala de Cleiton como precisa.

Por fim, Karen encerra a reunião, reiterando que enviará a Ata por e-mail para aprovação dos presentes para que possa ser publicada. Sendo o que havia para o momento,

deu-se por encerrada a reunião.